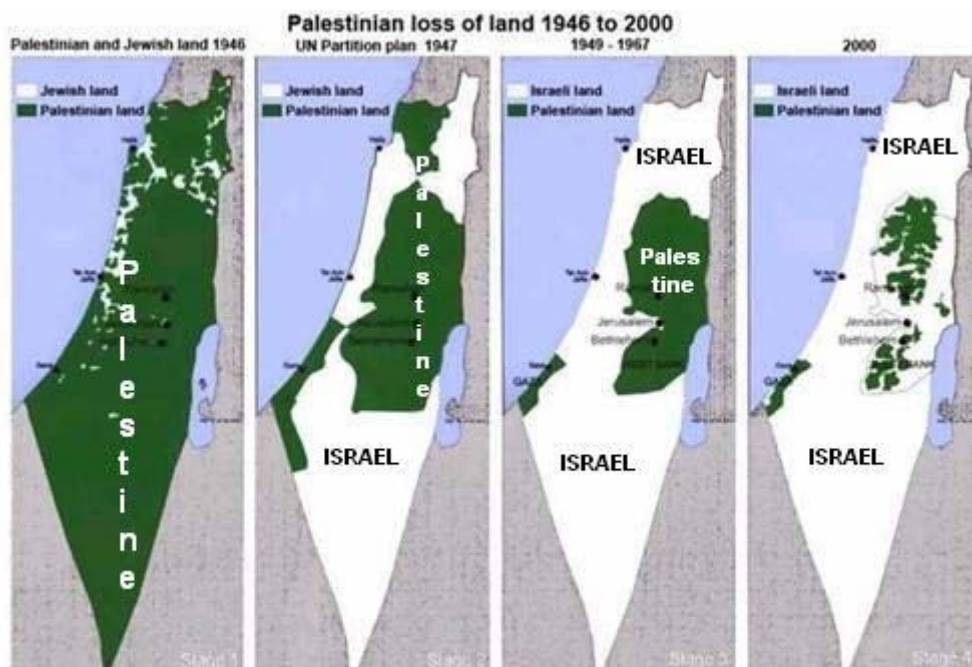


Salam?

Rudá Ricci*



1. Muitas dúvidas

A invasão e genocídio desfechado pelo governo de Israel na Faixa de Gaza deixam um rastro de dúvidas sobre a real motivação desta iniciativa e até mesmo a natureza do uso da força como afirmação do Estado Nacional neste início de século XXI.

Há motivações históricas em relação a este movimento de expansão do Estado de Israel, sob o pretexto da segurança nacional. Logo após a fundação de Israel, em maio de 1948, teve início a expulsão de 750 mil palestinos que feriu várias resoluções da ONU, num movimento simultâneo de destruição de vilas palestinas e construção de colônias de ocupação. Em 1967, Israel construiu um muro de apartheid, no lastro da Guerra dos Seis Dias. O “ataque preventivo” contra o Egito, liderado por Mosh Dayan, era o início do uso corrente deste argumento pelo Estado de Israel. Um Estado de natureza militarizada, que naquele momento lutava contra a Síria, Egito, Jordânia, Iraque e os palestinos da Faixa de Gaza. Havia, de fato, uma forte movimentação de exércitos árabes nas fronteiras com Israel e o Egito bloqueou o Golfo de Aqba. Mas ali se forjava a ascensão da direita nacionalista israelita, que estaria consolidada dez anos depois. Se a paz com o Egito, ocorrida em 1979, poderia ter gerado alguma ilusão em relação à ação militar preventiva de Israel, a invasão do Líbano em 1982 e a caça à OLP pareciam indicar os contornos da ideologia de guerra para afirmação de Israel. Não que não houvesse reação de parte da sociedade civil israelita. O movimento *Refuseniks*, formado por jovens que se recusaram (e

* Sociólogo, 46, Doutor em Ciências Sociais, Fórum Brasil de Orçamento e do Observatório Internacional da Democracia Participativa. Grande Medalha do Mérito Educacional de Minas Gerais.

se recusam) a prestar serviço militar ou militares que se recusam a bombardear regiões ocupadas, indica uma clara resistência no interior do país. *Refusenik* significa “recusa”.

Há, ainda, ações isoladas como a orquestra de jovens músicos árabes e israelenses, dirigida por Daniel Barenboim. Conheci uma interessante experiência desenvolvida pelo psicólogo Yaacov Hecht, que dirige o Institute for Democratic Education (IDE), apoiada pelos princípios e experiência de Janusz Korczak. Trata-se de importante programa de educação para a paz, organizada a partir da premissa da autogestão dos equipamentos educacionais. Em 1987, a Associação Janusz Korczak de Israel apoiou a criação da Escola Democrática de Hadera que, mais tarde, criou o IDE. Desde sua criação, o IDE desenvolve projetos em centenas de escolas e cooperou na formação de vinte e cinco escolas democráticas no país. Nos últimos anos, o IDE tem atuado junto a doze governos municipais para programas de desenvolvimento sustentável regional, mobilizando todas as escolas locais bem como os demais serviços públicos.

Existe resistência à guerra, portanto, no interior de Israel. Mas não consegue afetar a ideologia da guerra, que parece enraizada na própria história de surgimento e formação de Israel.

Em 1978, parte dos arquivos oficiais de Israel se tornou público (arquivos das tropas de choque/Palmach, diário do primeiro-ministro David Ben-Gurion, arquivos do Conselho de Ministros, entre outros). Três meses antes da guerra de 1948, o primeiro-ministro Ben-Gurion escrevia para Moshe Sharett que já havia condições para a ocupação da Palestina. Durante a ocupação de 48, escrevia em seu diário: “nós estabeleceremos um Estado cristão no Líbano (...) nós faremos a Cisjordânia em pedaços, bombardearemos a sua capital, destruiremos o seu exército (...) deixaremos a Síria de joelhos (...) nossa aviação atacará Port Said, Alexandria e o Cairo, e isto para vingar nossos ancestrais oprimidos pelos egípcios e pelos assírios nos tempos bíblicos (...)”. Todos estes registros são relatados no livro do historiador israelense Ilan Pappé, “The ethnic cleansing of Palestine”, publicado em 2006. A tese do autor, como se percebe no título de seu livro, é que desde sempre Israel alimentou-se da ideologia da purificação étnica da região. Naquele momento, os judeus representavam 58% da população instalada (ao lado de uma população de 405 mil árabes) o que exigia espaço para formar o futuro Estado. Daí Haim Weizmann criar o slogan “tornar a Palestina tão judia quanto a América é americana e a Inglaterra é inglesa”. Desde 1938, quando da proposição britânica da criação de um Estado judeu, Gurion exigia a “transferência obrigatória”.

A ideologia da purificação étnica, que transforma Israel num Estado Militarizado envolve religiosos e ultranacionalistas judeus. Ao redor de 6% da população de Israel (pouco mais de 400 mil pessoas) sonham com a “Grande Israel”. E os discursos dos representantes do Hamas (que, ao contrário do Fatah, não aceita a existência do Estado de Israel) auxiliam na constante propagação desta “solução” para a paz na região. É fato, ainda, que apoios internacionais injetaram recursos na Palestina que ultrapassam o total investido no Plano Marshal. Assim, alimenta-se a interpretação, em Israel, que as lideranças da Faixa de Gaza teriam mera motivação militar, de ataque e destruição da sua nação, e não a defesa e construção de uma comunidade árabe. Um argumento instável porque o temor atual do surgimento de uma segunda frente de guerra, ao norte, a partir da quebra de acordo de cessar fogo com o Hizbollah, é comentada por todos israelitas. Lembremos que o Hizbollah foi criado em 1982, em meio a um ataque similar ao atual, quando Israel massacrou ao redor de três mil civis do campo de refugiados de Chatila e Sabra, no sul do Líbano.

2. A guerra como afirmação de um Estado

Permanece, a partir daí, a dúvida sobre a persistência do uso da guerra para afirmação de um Estado nacional. Huntington em seu “Choque de Civilizações” teria sugerido que os confrontos do século XXI seriam motivados pelos choques culturais, mais especificamente, de cunho religioso. Criou uma classificação cultural-religiosa do mundo, identificando sete civilizações distintas. Sua tese adota um nítido viés racista. Separa a civilização ocidental da latino-americana, por esta última, segundo sua argumentação, ser mais católica, comunitária e irracional que a europeia e norte-americana. Enfim, sua tese é quase uma justificativa e não uma explicação. O que nos remete à permanência do racismo e do uso da violência como afirmação de Estados nacionais.

A pergunta parece pertinente. Não parece que tal proposição seja um resquício a ser enfraquecido com o tempo, com a troca de Bush por Obama ou pela emergência do keynesianismo frente à crise mundial. Ao contrário, o chefe de gabinete do governo Obama é Rahm Israel Emanuel. Emanuel é congressista por Illinois e chefe do grupo parlamentar democrata na Câmara dos Representantes. Amigo íntimo de Barack Obama, foi conselheiro do ex-Presidente Bill Clinton de 1993 até 1998. Clinton tinha outros assessores que foram considerados por forças israelenses como muito favoráveis à Palestina (casos de Zbigniew Brzezinski e Robert Malley). Muitos grupos palestinos contestaram esta indicação. Emanuel é filho de um emigrante israelita membro do “Etzel”, grupo clandestino ultranacionalista judeu que lutou contra as tropas britânicas antes da criação do Estado de Israel em 1948. O chefe de gabinete de Obama apoiou Israel durante a Guerra do Golfo, quando foi voluntário no exército israelense. Notícias veiculadas na grande imprensa dos EUA afirmam que é um mediador nas relações do congresso com a AIPAC (American Israel Public Affairs Committee), lobby sobre o qual pesam acusações sobre defesa de extermínio seletivo de lideranças palestinas.

Enfim, o racismo parece incrustado no complexo gabinete formado por Barack Obama.

A questão de fundo parece se localizar na fragilidade e crise do Conselho de Segurança da ONU. O veto dos EUA e de Israel à criação do Estado Palestino debela o próprio papel mediador da ONU. A agonia ficou mais patente com a fala do presidente da União Europeia que afirmou que “a ação de Israel é defensiva”, ou seja, a reprodução fiel do discurso de Israel. A ofensiva atual de Israel remete ao fracasso da Liga das Nações.

Assim como a crise econômica mundial colocou por terra a crença na auto-regulação do mercado, a guerra no Oriente Médio parece gritar pela criação de um instrumento regulador das relações políticas entre nações. Esta guerra tem como passado a mão visível da intervenção dos EUA e a mão invisível da Europa na fabricação ou desenho de países da região (caso do Iraque e Jordânia, pela Inglaterra; ou Síria e Líbano, pela França; além da criação de Israel e do virtual Estado da Palestina).

Enfim, a guerra entre nações – fim da política – e o realismo frio e calculista que o funda, debelam qualquer valor humanista porque o considera frágil, abstrato e a-histórico. A crise aberta do “realismo” econômico ultra-liberal não se espalhou, ainda, para o mundo político. Vivemos sob a égide da força e violência, muito mais que da astúcia, parafraseando Maquiavel. E não há como promover o humanismo pela força.

Como nos ensina Edward Said, o humanismo é uma forma de vontade e ação humanas, não um sistema ou força impessoal. É um valor emancipatório porque crítico, de autocompreensão e de administração dos desejos mais recônditos. Portanto, é reflexivo e rejeita clichês.

E é justamente daí que nasce a força do “realismo” bélico. Porque tal realismo é fundado na simplificação (a higienização social é uma simplificação das identidades e realizações humanas), no clichê de fácil comoção das massas. O clichê, na política, tem por efeito o reflexo condicionado que, como o pareamento de Pavlov, gera uma ação que independe da relação entre causa e efeito. A ação é impensada, é puro reflexo emocional, marcado por uma vaga lembrança. Na política, normalmente fomenta o populismo ou o totalitarismo (ambos mobilizadores da sociedade).

De fato, o uso da guerra como convencimento eleitoral (como ocorre no caso das eleições em Israel) ou como fomento à indústria (como ocorre no caso da forte crise enfrentada pelos EUA, que atingiu o emprego de 2,6 milhões de norte-americanos em 2008) é o fim da criatividade política e da razão de Estado como fundamento humanista.

A guerra provocada por Israel é ainda uma incógnita. O certo é que as motivações explícitas e racionais escondem outras tantas inconfessáveis e que, nas últimas duas décadas, motivaram grandes erros em nome do Estado nacional.